



## Sindicato dos Oficiais de Justiça

O S.O.J., a convite expresso do Presidente da FOJEBRA – Federação das Entidades Representativas dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil, Exmo Sr. Paulo Sérgio Costa da Costa, vai estar presente em Brasília no dia 25 de Março, acompanhando o “Dia Nacional de Lutas dos Oficiais de Justiça do Brasil”, por melhores condições de trabalho e reconhecimento da especificidade da profissão.

Muitos dos problemas com que se defrontam os colegas Oficiais de Justiça do Brasil, como por exemplo; o reconhecimento do risco a que estamos exposto; um sistema de aposentação mais justo; a valorização profissional; a formação e qualificação, entre outros, são problemas muito comuns aos nossos, os quais merecem toda a nossa solidariedade e empenho.

O S.O.J. vai igualmente estar presente, a convite expresso pelo Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, Exmo Sr. Senador Cristovam Buarque, no debate em Audiência Pública na CDH, sobre “aposentadoria especial para a profissão de Oficial de Justiça”.

Os convites formulados, que muito nos honram, demonstram que o processo de credibilização que temos vindo a desenhar tem vindo a ganhar apoios.

artigo do Jornal do Senado

### Concessão de aposentadoria especial para oficial de Justiça

Audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) debaterá amanhã, a partir das 9h, a possibilidade de concessão de aposentadoria especial para oficial de Justiça. Para isso, convidou o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Na reunião, entre outras propostas, serão analisados projetos de lei em tramitação na Casa que tratam da concessão desse benefício à categoria.

Também foram convidados

para o debate o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto; o presidente da Federação das Entidades Representativas dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil (Fojebra), Paulo Sérgio Costa da Costa; o advogado Rudi Cassel; a presidente da Federação Nacional das Associações dos Oficiais de Justiça Avalladores Federais (Fenassojaf), Lúcia Maria Bernardes de Freitas; o secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Alvaro Luis de Araújo Clarini; o titular da Secretaria de Reforma do Judiciário, do Ministério da Justiça, Rogério Favreto; e o presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça de Portugal (SOJ), Carlos Almeida.

#### Especiais

A concessão de aposentadorias especiais já foi tema de debate na CDH em dezembro de 2008, em audiência pública que analisou as dificuldades



Os integrantes da Comissão de Direitos Humanos convidaram diversas autoridades para audiência pública de amanhã

Micro: Kéline

cebeu representantes de 26 mil oficiais de Justiça estaduais e federais que reivindicavam o reconhecimento dos riscos inerentes à atividade, o direito à aposentadoria especial e à isenção de imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de veículos. Essa última reivindicação decorre do fato de os oficiais de Justiça utilizarem veículos próprios para realizar suas atividades.

Paulo Sérgio Costa, presidente da Fojebra, esteve no Senado em julho e defendeu a aprovação de diversos projetos de lei em tramitação que atendem a essas reivindicações. Entre eles está o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 107/07, que torna obrigatório o diploma de bacharel em Direito para a categoria, e o PLC 30/07, que altera o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03) para que o trabalho desempenhado pelos oficiais de Justiça seja considerado atividade de risco e lhes dê o direito ao porte de arma de fogo.

Na ocasião, o presidente da Fojebra pediu a inclusão da categoria no PLS 68/03-Complementar, que regulamenta a concessão de aposentadoria especial a servidores públicos que exercem atividades de risco, com redução do tempo de contribuição independentemente de idade mínima. Reivindicou também que os oficiais de Justiça fossem incluídos no PL 418/07, que estende a isenção de IPI aos veículos usados pelos oficiais de Justiça em serviço.

para a concessão desse benefício aos trabalhadores que exercem atividades insalubres, perigosas e penosas. Entre as principais queixas das entidades representativas de profissões que atuam nessas condições, estava o fato de o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não reconhecer as atividades que causam problemas à vida e à saúde.

Atualmente, o INSS reconhece apenas algumas categorias que desempenham atividades de risco notório, segundo informou o então presidente da CDH, senador Paulo Palm (PT-RS). Na ocasião, ficou definido que seria criado um grupo de trabalho para estudar e propor modificações às leis existentes, aprimorar as iniciativas legislativas em andamento e interferir em normas e decretos que regulamentam o direito à aposentadoria.

#### Propostas

Também em julho do ano passado, a CDH re-